



## As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude

*The June protests and their impact on public communications: the potential of the Observatory on Youth Participation*

Danilo Rothberg\*

Caroline Kraus Luvizotto\*\*

Kátia Viviane da Silva Vanzini\*\*\*

### RESUMO

O Participatório: Observatório Participativo da Juventude é uma plataforma *online* lançada em agosto de 2013 como parte da resposta da Secretaria Geral da Presidência da República aos protestos que tomaram as ruas brasileiras em meados daquele ano. Com o objetivo de situar a proposta do Participatório diante do contexto teórico trazido pelos estudos de movimentos sociais e ativismo digital, este artigo reúne teorias pertinentes e apresenta resultados de estudo empírico que indica balizas para avaliar se as metas aparentes da plataforma teriam sido atingidas. Os dados sugerem que a consecução dos objetivos da iniciativa dependerá da eficácia de aperfeiçoamentos futuros.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Redes Sociais; Ativismo Digital;

### ABSTRACT

The Participatório: Observatório Participativo da Juventude (*Participatory: Observatory on the Youth Participation*) is an online platform created in August 2013 as part of the response of the General Secretariat of the Presidency of the Republic of Brazil to the protests which took Brazilian streets in the middle of that year. This paper analyses the Participatório against the theoretical context brought by studies of digital activism and social movements. We revise relevant theories and present results of an empirical study indicating parameters to assess whether the apparent goals of the platform would have been reached. The data suggest that the initiative could achieve its purposes as long as it secures the efficacy of future improvements.

**Keywords:** Social Movements; Social Networks; Digital Activism; Political

---

\* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Departamento de Ciências Humanas. Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01., Bauru, SP. 17033-360. Telefone: (14) 3103-6064. E-mail: danroth@uol.com.br

\*\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Departamento de Ciências Humanas. Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01., Bauru, SP. 17033-360. Telefone: (14) 3103-6064. E-mail: caroline@faac.unesp.br

\*\*\* Mestranda em Comunicação na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Departamento de Ciências Humanas. Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01., Bauru, SP. 17033-360. Telefone: (14) 3103-6064. E-mail: katiavanzini@gmail.com. Kátia Viviane da Silva Vanzini agradece à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de mestrado concedida.

## INTRODUÇÃO

Os protestos e manifestações ocorridos no Brasil em junho e julho de 2013 foram sucedidos por reações diversas de mandatários nos diferentes níveis de governo. Enquanto a Presidência da República, em cadeia nacional de rádio e TV, afirmava em 21 de junho que o “vigor das manifestações” deveria ser “aproveitado para que mais mudanças (fossem) feitas em benefício da população” (BRASIL, 2013a), outros setores da comunicação pública retomavam projetos anteriores, que encontrariam naquele momento uma oportunidade para sua concretização. Concebido, segundo a versão oficial, em outubro de 2011 (BRASIL, 2013b), um canal de comunicação digital com os jovens foi finalmente então lançado.

Criado em 5 de agosto de 2013 pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão da Secretaria Geral da Presidência da República, com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria 42, de 2 de agosto de 2013, o Participatório: Observatório Participativo da Juventude (<http://participatorio.juventude.gov.br>) é uma “plataforma virtual interativa voltada à produção do conhecimento sobre a juventude e para a própria juventude, mediante participação e mobilização social” (Artigo 2º da Portaria 42), que “pretende promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos para temas relacionados às políticas públicas de juventude” (Artigo 3º).

Duas instituições federais de ensino superior foram chamadas a trabalhar na construção da infraestrutura do Participatório. O Centro de Computação Científica e Software Livre da Universidade Federal do Paraná se encarregou de desenvolvimento, hospedagem e manutenção da plataforma, e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro propôs conteúdos (BRASIL, 2013b).

O Participatório relaciona sua criação como resposta ao recente fenômeno de visibilidade da insatisfação de setores sociais com a vida pública. “Por que um jovem se interessaria em participar desse espaço?”, questiona a seção ‘sobre o Participatório’ (BRASIL, 2013b). A resposta é direta. “As manifestações de junho e julho demonstram que os jovens e as jovens estão interessados em participar, que querem espaços de escuta”. A apresentação ainda minimiza a relevância dos protestos, diante da alegada dinâmica anterior de mobilização dos jovens. “Para além das manifestações, as duas Conferências de Juventude que mobilizaram cerca de 400 mil jovens em todos os estados do Brasil, o CONJUVE que é habitado por jovens de todas as regiões, com pautas e temas bem diversificados, os diferentes mecanismos de participação social já existentes demonstram que se criar os espaços, eles serão ocupados pela juventude”. Apesar dos tropeços gramaticais deste período, a presunção não encontra embaraços para se expor. O governo federal, por meio dos gestores das políticas consubstanciadas no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), criado em 2005, sustenta que, ao promover em 2008 e 2011 a primeira e a segunda edições da Conferência Nacional da Juventude, teria inaugurado uma prática de “participação social (como) um método de governo”, considerando que “o segmento juvenil é estratégico para o desenvolvimento nacional e para a construção de políticas públicas que assegurem a autonomia e o direito dos nossos jovens” (BRASIL, 2011).

Aparentemente, segundo a lógica subjacente ao argumento oficial, o Participatório: Observatório Participativo da Juventude viria a constituir mais uma etapa no percurso de participação iniciado pelo governo federal, em um leque de oportunidades que poderia tornar desnecessárias outras formas de mobilização, como as manifestações autônomas observadas nas ruas. A comunicação pública digital exerceria o papel de catalisar e organizar a expressão política juvenil, afastando assim o risco de manifestações não submissas, por meio da oferta de canais alegadamente permanentes e confiáveis: “o Participatório fará consultas públicas, sobre temas que estejam na pauta da SNJ, a fim de conhecer a opinião da juventude e, nesse sentido, os jovens e as jovens poderão, de fato, subsidiar as ações da Secretaria e a formulação das políticas públicas” (BRASIL, 2013b). Ou seja, ao propor um método supostamente organizado de canalizar a participação política e acolher o desejo de influenciar os rumos das políticas públicas que importam aos jovens, o Participatório poderia ajudar a esfriar a insatisfação que tomou as ruas.

Com o objetivo de situar a proposta do Participatório: Observatório Participativo da Juventude como parte da reação do governo federal brasileiro aos protestos de junho e julho de 2013 diante do contexto teórico mais amplo trazido pelos estudos dos movimentos sociais e do ativismo digital, este artigo se desdobra em duas partes. Em primeiro lugar, teorizações pertinentes são retomadas, a fim de facilitar a percepção dos fenômenos recentes à luz de proposições clássicas. Em segundo lugar, os resultados de uma análise empírica do Participatório são apresentados e discutidos, buscando-se verificar se as metas aparentes daquela iniciativa de comunicação pública digital poderiam ter sido atingidas, o que a tornaria um instrumento aglutinador das aspirações juvenis em direção à sua assimilação pelas instituições políticas formais. De forma geral, os dados empíricos sugerem que a consecução dos objetivos esperados da iniciativa do governo federal dependerá da eficácia de aperfeiçoamentos ainda a serem formulados.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMO DIGITAL: TEORIZAÇÕES PERTINENTES**

A dinâmica social contemporânea encontra-se tracionada por movimentos sociais que se situam na condição de fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes de caráter político-social, justificando a realização de análises que privilegiem o foco sobre as redes de articulações e de comunicação estabelecidas pelos movimentos em sua prática cotidiana. O estudo de tais redes torna-se, assim, essencial para aproximar-se da compreensão de fatores que contribuem para desencadear aprendizagens e o surgimento ou a intensificação de valores de cultura política no processo de interação.

Movimentos sociais são aqui compreendidos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2008, p. 7). Na ação concreta, tais formas adotam diferentes estratégias, que variam da simples denúncia até pressões indiretas, passando pela pressão direta, como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil e negociações.

Pode-se afirmar que as ações sociais coletivas são sadias dentro de um ambiente político e social plural como o brasileiro e projetam atores políticos que passam a exigir do poder público a efetivação de direitos civis, políticos e sociais garantidos por lei. Trata-se de um componente advindo do amadurecimento das democracias. “A mudança no entendimento da organização e ação dos coletivos sociais ocorreu, em grande parte, em decorrência das transformações no cenário político internacional”,

destaca Machado (2007, p. 254), que salienta a intensificação de forças verificada quando, “com o fim da guerra fria e o surgimento da simbiose entre democracia ocidental e capitalismo, os movimentos sociais passaram gradualmente a ser considerados atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania”.

Movimentos sociais são ações sociais coletivas dotadas de estratégias de ação e identidades compartilhadas (PERUZZO, 2013; GOHN, 2008). A sociologia clássica confere complexidade ao estudo de ações sociais coletivas. Segundo Weber (1978, p. 139), por ação social deve ser entendida toda ação “com sentido próprio, dirigida para a ação de outros”. O sentido é atribuído pelo ator à ação, que o leva a escolher princípios, procedimentos e finalidades. A ação social difere de todas as outras formas de ação porque seu agente tem consciência daquilo que escolhe, e as ações podem ser apreciadas conforme o grau de consciência do agente sobre seu significado. Identidades compartilhadas podem fortalecer o sentimento de pertencimento, que tenderia a encorajar a participação. A complexidade coloca-se quando se busca compreender a complicada relação entre movimentos sociais, identidade e participação. Peruzzo (2013) destaca que tais ações indicam a existência de uma organização coletiva que implica identidades compartilhadas e estratégias de mobilização e comunicação.

Em corte sociológico, os movimentos sociais podem ser estudados como forma de organização que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros movimentos e com a sociedade em perspectiva mais ampla. A identidade é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade. Identidade aqui pode ser ainda compreendida como conjunto de representações culturais, construído em situações específicas, um “modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 1999, p. 49-50). Ainda, segundo Scherer-Warren (2006), três elementos essenciais devem ser combinados no espaço de mobilização com vistas à continuidade dos movimentos: identidades coletivas compartilhadas; simbolismos das lutas, que representam a unidade na diversidade; e projetos, que dão longevidade e significação ao movimento.

Atualmente, parte significativa dos movimentos sociais articula suas ações por meio das redes sociais na internet, passando a configurar o chamado ativismo social *online*. A infraestrutura de conectividade da rede revela-se um aparato tecnológico que permite a comunicação de atores sociais no processo de criação, organização e disseminação de demandas políticas e sociais.

Esta estrutura possibilita a articulação dos atores sociais de modo inter e correlacionado. O novo paradigma tem, segundo Castells (2006, p. 108-109), certas características essenciais: “a informação é sua matéria-prima, os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade, predomínio da lógica de redes, flexibilidade, crescente convergência de tecnologias”.

As redes que integram essa lógica possuem potencial articulador e mobilizador e, segundo Scherer-Warren (2006, p. 115), “por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações – e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores”. Mas, como em qualquer outra instância da vida social, os diálogos são passíveis de conflitos. Por meio da ação coletiva, os conflitos em torno das reivindicações e das lutas “vem permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115-116).

Nesta perspectiva, são muitas as possibilidades de pertencimento às comunidades virtuais e redes sociais na internet, constituídas a partir de temáticas que vão nuclear a formação de eixos identitários para membros e simpatizantes (GARTON, HAYTHORNTHWAITE; WELLMAN, 1997). Comunidades e redes passam a ser acessadas e utilizadas como plataforma de visibilidade por aqueles que, pertencendo ou não a elas, nutrem afinidade com suas bandeiras, buscam e socializam informações sobre suas lutas.

Os recursos da web 2.0 facilitaram a criação e a circulação de conteúdos aos usuários da internet, que podem atuar como leitores, autores, produtores e editores de conteúdo informacional multimídia. O usuário não é mais pensado como agente passivo, mas como desenvolvedor de conteúdo. A segunda geração de ferramentas *online* potencializa as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de expandir os espaços para a colaboração entre os participantes.

A web 2.0 reforça a promessa de criação de inteligência coletiva, ou construção coletiva do conhecimento. Por meio da interação, comunidades formadas em torno de interesses específicos poderão apoiar uma causa, discutir temas individuais ou de relevância coletiva, levar a opinião pública à reflexão e disseminar informações políticas e sociais (VALENTE; MATTAR, 2007). Ao passo que a inteligência coletiva pode ser uma constante no ativismo social e que funções cognitivas individuais como memória, percepção e aprendizado podem ser compartilhadas entre militantes e simpatizantes, as trocas podem ser ampliadas à medida que se valem de aparatos tecnológicos como a internet.

As ferramentas web 2.0 estão organizando e fomentando o desenvolvimento de novas redes sociais virtuais, à medida que são reduzidos os custos da mobilização de atores sociais. A ação política através das tecnologias “torna-se mais barata, rápida e por consequência mais acessível a grupos que não fazem parte do sistema político institucionalizado”, segundo Pereira (2011, p. 14).

Para além de seus traços técnicos, a web 2.0 ganha popularidade no terreno do ciberespaço, lugar imaterial onde as pessoas acessam, recuperam, organizam, disseminam e compartilham informação e conhecimento através de redes. No ciberespaço é possível o encontro e o agrupamento de usuários de acordo com seus interesses, necessidades e maneiras próprias de oferecer, receber e trocar informações e documentos, constituindo grupos com características e propósitos específicos, na forma de comunidades virtuais (LÉVY, 1999).

Em tese, o ciberespaço permite que comunidades distantes fisicamente entre si desenvolvam novas inteligências, ampliando as relações humanas analógicas. A interação realizada a partir das redes sociais é caracterizada não apenas pelas mensagens trocadas (o conteúdo), mas pelo relacionamento que se reveste de significados dificilmente manipuláveis unilateralmente ou pré-determinados (PRIMO, 2007).

Neste contexto, as redes sociais se apresentam como elementos constitutivos de demandas sociais específicas e parte integrante do discurso de determinados movimentos sociais. A participação em uma rede dependeria da existência de intenções, interesses e necessidades dos potenciais membros, capazes de sustentar vínculos identitários e sentimentos de pertencimento.

Em uma sociedade na qual a informação se torna essencial para a criação e manutenção de estratégias que visem a uma sociedade mais justa e à efetivação da democracia, a internet se apresenta como um dos principais canais de comunicação para os movimentos sociais, uma vez que é “a principal via que estes movimentos

encontram para chegar àquelas pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daqui atuar na consciência da sociedade no seu conjunto” (CASTELLS, 2004, p. 170).

A organização dos atores sociais em comunidades e redes sociais virtuais “tem permitido que o ativismo político se organize de maneira que se superem constrangimentos temporais, financeiros, espaciais, ideológicos e identitários, colaborando para a ampliação das atividades a níveis antes poucas vezes imaginados” (PEREIRA, 2011, p. 19). Este cenário produzido a partir da articulação em redes sociais virtuais, que ligam pessoas e movimentos, pode ter um caráter marcadamente democrático.

Machado (2007, p. 273-275) aponta as seguintes características dos movimentos sociais que exploram tecnologias de informação e comunicação, especialmente as plataformas web 2.0: (a) “proliferação e ramificação dos coletivos sociais”, devida à rapidez e ao alcance das tecnologias; (b) “horizontalidade e flexibilidade das redes”, sendo possível observar diversos nós e células dentro de um movimento; (c) “tendência coalizacional”, uma vez que possuem alcance mundial por meio do uso da internet; (d) “existência dinâmica”, pois os movimentos nascem, se expandem, se articulam, causam impacto e repercussão e podem até desaparecer; (e) “minimalismo organizacional-material”: a existência de uma sede física se tornou irrelevante, e o baixo custo de operação incentiva a adesão individual; (f) “universalismo e particularismo das causas”, pois os movimentos podem atender a uma ou a diversas causas, gerais ou específicas; (g) “grande poder de articulação e eficiência”, que permite simultaneidade de ações em diferentes localidades; (h) “estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas”, nas quais a identidade e a solidariedade são características fundamentais; (i) “multiplicidade de identidades/circulação de militantes”, possível uma vez que as novas tecnologias permitem que um ator social esteja presente em diversas redes e envolvido com diversas causas e sujeitos.

Analisando especificamente a participação popular ocorrida nas manifestações de meados de 2013 no Brasil, observa-se o papel determinante da internet, que possibilitou aos manifestantes exercerem a sua agenda, se auto representarem e romperem com as barreiras estruturais dos meios de comunicação tradicionais a fim de expressarem legitimamente suas demandas nos espaços urbanos. Segundo análises do episódio, “as tecnologias móveis e a internet, incluindo plataformas comerciais de rede social, tornaram-se ferramentas potentes na mobilização e na organização de protesto offline” (CAMMAERTS, 2013, p. 31).

Segundo Peruzzo (2013), o episódio foi marcado por expressões de uma população insatisfeita em áreas cruciais da vida pública. A insatisfação foi catalisada pelas redes sociais e extrapolou o ciberespaço, chegando às ruas.

Em alguns casos, os usos da tecnologia foram sofisticados. A rede foi usada para reunir e compartilhar informações; organizar e mobilizar pessoas para os protestos; divulgar acontecimentos; tornar públicos vídeos, fotos, depoimentos e agendas do protesto; denunciar a reação policial; ensinar estratégias de defesa contra a força oficial (SECDEV FOUNDATION; INSTITUTO IGARAPÉ, 2013).

Os movimentos se fortaleceram e se potencializaram à medida que a internet deu suporte à sua articulação. Tornou-se possível propor e organizar ações e ampliar os canais de expressão, no rastro de práticas anteriores que exibiram níveis inéditos de independência, caracterizados pela “liberdade do militante ‘não formal’ de se envolver quando quiser e onde quiser, sem os altos custos da participação ‘formal’”,

segundo Pereira (2011, p. 16), que salienta a possibilidade de potencial descompromisso advindo de incursões esporádicas: “a participação em cyberações por militantes ocasionais poderá ou não se desdobrar em uma participação fora da internet, mas não se trata de um pressuposto exigido pelos movimentos, sendo que a não participação não acarreta alguma forma de sanção”. Neste sentido, embora animação e entusiasmo *online* possam não ser acompanhados de ações concretas offline, os protestos de junho e julho de 2013 no Brasil atestaram que as redes virtuais podem contribuir para a disseminação de discursos de luta que favorecem a mobilização nas ruas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados são provenientes de uma análise de conteúdo do Participatório: Observatório Participativo da Juventude. A coleta de dados foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2013, com o objetivo geral de obter subsídios para identificar a função oficial da proposta e avaliar o potencial de consecução de seus papéis pretendidos. O estudo ainda foi realizado com dois objetivos específicos, a saber: (1) Obter uma caracterização abrangente dos conteúdos presentes no objeto de análise, diferenciados por sua inserção em cada uma de suas seções; (2) Identificar os temas mais presentes no âmbito das diversas seções de suas dez comunidades com maior número de membros.

Na apresentação dos resultados, os dados encontram-se organizados de acordo com cada um destes dois objetivos específicos.

## CARACTERIZAÇÃO DE CONTEÚDOS

A estrutura do Participatório se resume a 13 seções distribuídas em dois menus específicos, a saber: 1) O primeiro menu conduz a sete seções de conteúdos, assim denominadas: a) ‘debates’; b) ‘comunidades’; c) ‘blog’; d) ‘vídeos’; e) ‘membros’; f) ‘atividades’; g) ‘eventos’. 2) O segundo menu conduz a seis seções de meta recursos, intituladas: a) ‘sobre o Participatório’; b) ‘versão beta’; c) ‘como funciona’; d) ‘termos de uso’; e) ‘open data’; f) ‘fale conosco’ (BRASIL, 2013c).

### 1) Menu de conteúdos

- a) ‘debates’: na coleta de dados, foram registradas 740 postagens. Entre os temas mais populares, estão: reforma política (174 postagens); educação (66); corrupção (48); segurança pública (36); violência (34).
- b) ‘comunidades’: no momento da coleta de dados, o Participatório registrava a existência de 505 comunidades. Cada uma delas pode preencher informações nos campos: descrição, breve descrição, palavras-chave (tags), proprietário (com link para o membro que criou a comunidade) e número de membros. Por padrão, cada comunidade possui sete seções, a saber: ‘arquivos’; ‘atividade’; ‘conteúdos destacados’; ‘debate’; ‘favoritos’; ‘páginas colaborativas (wiki)’; ‘vídeos do grupo’. Somando, no total, 4203 membros (desprezadas aqui as possíveis inserções simultâneas em mais de um grupo), as dez comunidades com maior número de integrantes são: 1) Brasileiros contra a corrupção (923 membros); 2) Reforma política (771); 3) Educação em debate (467); 4) Marco regulatório das organizações da sociedade civil (431); 5) Mudanças que o país precisa (379); 6) Transmissões do Participatório (279); 7) Esquerda no Brasil (277); 8) Fora Dilma, Fora PT, NÃO Lula!! (257); 9)

Política e participação social (216); 10) Brasil sem corrupção (203). As comunidades 2, 4, 6 e 9 foram criadas pela própria Secretaria Geral da Presidência da República, e as demais por membros identificados por nome e sobrenome.

- c) ‘blog’: a coleta de dados encontrou 91 postagens, das quais 90 são provenientes da própria equipe de produção do Participatório, que explora o recurso com o propósito de disseminar informações sobre temáticas de alegada relevância para os jovens no contexto de políticas públicas em fase de formulação ou execução e estimular o debate. Os temas contemplados são mecanismos de combate à corrupção e controle dos gastos públicos; portais de transparência; regulação da internet; direito à comunicação; perfil do jovem brasileiro; cotas raciais; sistema, legislação e conselhos gestores de políticas da juventude; e programas oficiais de saúde, educação, trabalho e segurança para os jovens. O blog também serviu à divulgação de informações e ao envio de contribuições a uma consulta pública aberta pela Secretaria Nacional de Juventude para a formulação participativa do Sistema Nacional de Juventude.
- d) ‘vídeos’: foram postadas oito produções da própria Secretaria Geral da Presidência da República, entre entrevistas de secretários e ministros e perfis institucionais de instâncias de governo.
- e) ‘membros’: em 30 de novembro de 2012, último dia do período de coleta dos dados aqui analisados, o Participatório contabilizava 9.439 membros. As ferramentas de registro de perfil de cada membro permitem armazenar e tornar disponíveis, a qualquer usuário, arquivos em geral, links e indicações de favoritos. As informações pessoais se referem a cidade de origem, interesses, e-mail, páginas pessoais e wikis, perfis em redes e fotos. Para criar uma conta, é necessário registrar nome e sobrenome, e-mail, login e senha.
- f) ‘atividades’: trata-se de um registro centralizado de ações dos membros e comunidades do Participatório, como inclusão de tópicos a debates, publicação de mensagens, adesão de membros a comunidades, inclusão de vídeos, comentários em publicações de membros, comunidades e blogs, utilização de novos avatares, contatos entre membros etc.
- g) ‘eventos’ contava, no momento da coleta de dados, com uma única postagem, sobre a III Conferência Nacional de Cultura, agendada para 26 de novembro de 2013. A ferramenta permite a entrada livre de informações em uma agenda pelos usuários registrados.

## 2) Menu de meta recursos

- a) ‘sobre o Participatório’ contém informações sobre objetivos, funcionamento e parceiros. Os objetivos são assim denominados: “promover a participação em ambientes virtuais” por meio da oferta de um “espaço qualificado para o diálogo, o debate e a interação de jovens, gestores, pesquisadores e demais formuladores em torno das políticas para juventude promovidas pela SNJ e por outros órgãos do poder público”; “mobilizar a juventude” por meio do “espaço para a disseminação de campanhas e para absorção de conteúdo relacionado aos temas que já estejam circulando pelas redes sociais e ambientes onde se discute juventude”; e “produzir e publicizar conhecimento em rede” através de um “espaço de articulação de saberes envolvendo jovens, pesquisadores, instituições, observatórios e grupos de pesquisa,



gestores, movimentos sociais, no Brasil e no exterior, para refletir sobre questões, dilemas e políticas públicas” (BRASIL, 2013b).

- b) ‘versão beta’: a própria versão inicial do Participatório estaria sujeita às contribuições dos usuários para seu aperfeiçoamento, em direção a uma versão definitiva que seria lançada até o fim de 2013. Conforme sustenta a justificativa para a versão beta, “a plataforma que você pode usar agora é apenas uma parte de tudo que esperamos que ela seja. E queremos que você possa contribuir nessa construção, dando sugestões e críticas para que aperfeiçoemos ao máximo esse espaço, feito para participar” (BRASIL, 2013d). Os conteúdos programados para a versão final incluíam um sistema de consulta pública em seis momentos (“abertura do debate, sistematização, devolutiva, consulta sobre o documento, priorização e encaminhamento”), uma biblioteca digital, um cadastro de políticas de juventude e dados estatísticos. Em 20 de janeiro de 2014, data da conclusão deste artigo, estas promessas ainda não haviam sido cumpridas.
- c) ‘como funciona’ apresenta informações gerais sobre recursos de interatividade providos pelo Participatório.
- d) ‘termos de uso’ apresenta informações sobre 11 itens: regras gerais de uso da plataforma; cadastro e segurança; publicações de usuários; práticas de uso e armazenamento; privacidade; violação ao banco de dados; sanções; propriedade intelectual; inexistência de vínculo; modificações dos termos; foro.
- e) ‘open data’: esclarece que o conteúdo está disponível na forma de dados abertos em XML (Extensible Markup Language).
- f) ‘fale conosco’: oferece formulário para contatos.

## TEMAS MAIS PRESENTES NAS COMUNIDADES

Esta análise empírica foi realizada sobre 262 itens de conteúdo presentes nas sete seções que cada uma das dez comunidades com maior número de membros possui, de acordo com a distribuição padronizada das seções das demais comunidades do Participatório citada acima: ‘arquivos’ (admite postagens de texto e quaisquer arquivos, incluindo multimídia: imagens, vídeos, áudios, PDFs etc); ‘atividade’ (registra ações de inserção de conteúdos); ‘conteúdos destacados’ (dependem das escolhas do proprietário da comunidade); ‘debate’ (contém lista de tópicos de discussão criados por membros e mensagens relacionadas); ‘favoritos’ (também dependem das escolhas do proprietário da comunidade); ‘páginas colaborativas’ (wikis que podem ser construídos de forma compartilhada por membros, com recursos básicos); ‘vídeos do grupo’ (podem ser postados por quaisquer membros e reproduzidos na mesma página).

A análise de conteúdo empregou categorias específicas, formuladas após leitura exploratória da amostra como modelos traduzíveis de generalizações aproximadas que permitem a compreensão de particularidades atadas às propriedades gerais das unidades estudadas (BARDIN, 2011). A totalidade dos itens de conteúdo foi classificada em cinco categorias excludentes entre si, sendo vedada a classificação simultânea em mais de uma categoria. As cinco categorias são:

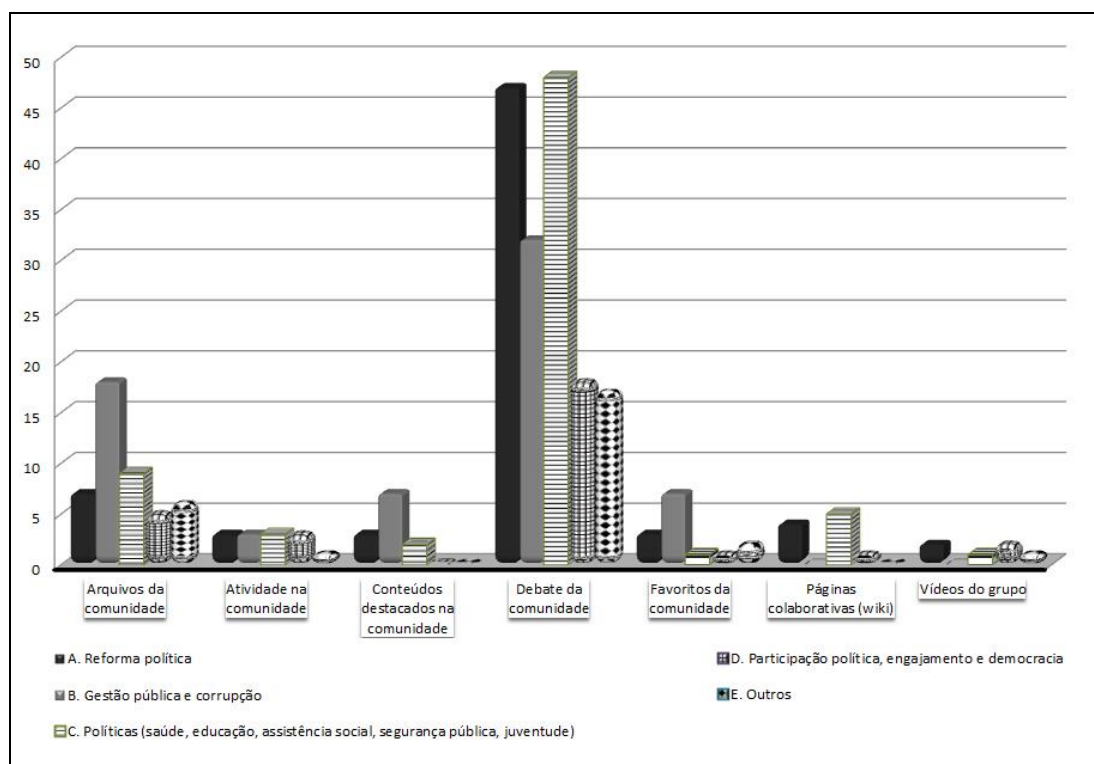
- a) reforma política: reúne temas como financiamento de campanhas políticas; processo eleitoral brasileiro; mudanças nas coligações; cassação de

parlamentares condenados ou suspeitos de crimes; projetos de lei em trâmite sobre a matéria no Congresso Nacional; diminuição do número de representantes eleitos; redução de vencimentos; manifestações pelas reformas; limite de idade para posse em cargos eletivos; formação mínima exigida para candidatura.

- b) gestão pública e corrupção: englobou temas como repasse de verbas públicas; controle social da administração pública; a corrupção e seus efeitos sobre a educação; mecanismos e custos de combate à corrupção; nepotismo e corrupção; voto obrigatório; funcionalismo público; aplicação eficiente de recursos públicos; controle de verbas para organizações não governamentais; orçamento, transparência e acesso à informação.
- c) políticas públicas: compreendeu temas ligados a políticas públicas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, reforma agrária, transporte e juventude, em formulação ou execução.
- d) participação política, engajamento e democracia; incluiu temas relacionados às manifestações populares recentes e as possibilidades de participação trazidas pelas tecnologias de comunicação e informação.
- e) outros: temas minoritários não abarcados pelas categorias acima, como intervenção militar, parlamentarismo, socialismo, comunismo e mídia.

O Gráfico 1 exibe o número de itens de conteúdo presentes em cada uma das sete seções e classificados de acordo com as categorias de análise empregadas.

**Gráfico 1: Itens de conteúdo presentes nas dez maiores comunidades do Participatório: Observatório Participativo da Juventude (participatorio.juventude.gov.br) por categoria de análise**



Fonte: Elaboração dos autores

O Gráfico 1 indica que a seção ‘debate’ apresenta maior número de conteúdos. De forma geral, as categorias ‘reforma política’ e ‘gestão pública e corrupção’ são as mais frequentes, em média, entre os interesses das comunidades, seguidas pela categoria ‘políticas públicas’.

As demais seções registram, em comparação com a seção ‘debate’, um número reduzido de conteúdos. Uma explicação possível para este dado se relacionaria ao formato da ferramenta de inserção de conteúdos, que obriga o usuário a escolher uma das sete seções para inserir arquivos ou informações, ao contrário da mecânica das redes sociais mais utilizadas, que permitem postar conteúdos sem uma classificação obrigatória prévia.

De forma geral, verifica-se que o compartilhamento de recursos na seção ‘arquivos da comunidade’ é baixo. No total, foram carregados 45 itens de conteúdo, assim distribuídos nas categorias: (a) reforma política (7 itens); (b) gestão pública e corrupção (18); (c) políticas públicas (9); (d) participação política, engajamento e democracia (5); (e) outros (6). Considerando-se o total de 4203 membros nas dez comunidades mais populares (desprezadas aqui as possíveis inserções simultâneas em mais de um grupo), chega-se à proporção de 1,07% dos membros que efetivamente postou um conteúdo que supôs relevante para seu grupo. Embora a mera leitura de atividades e recursos utilizados para a mobilização possa, no âmbito da literatura de referência, ser considerada um indicador potencial de ativismo online, a participação mais ativa na forma da inserção e troca de conteúdos não pode ser negligenciada como indicador efetivo de interesse e engajamento.

Neste sentido, apesar de originar-se de um dado obtido a partir de análise limitada a um período de quatro meses após sua criação, ainda dependente de aprofundamento por pesquisas futuras, a percepção de que o Participatório requer aperfeiçoamentos para se aproximar da realização plena de seu potencial não é descabida, sendo suportada empiricamente. Ou seja, à medida que os dados indicam uma proporção ínfima de membros efetivamente dedicados a usar as tecnologias a fim de compartilhar arquivos multimídia de interesse da comunidade, permanece pouco explorado o potencial do Participatório como recurso de “produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos”, a despeito da expectativa afirmada pela portaria de sua criação (BRASIL, 2013e).

Destaca-se também a preponderância, na média das sete seções das comunidades estudadas, das temáticas classificadas nas categorias ‘reforma política’ e ‘gestão pública e corrupção’, secundadas pela categoria ‘políticas públicas’. Este dado sugere que o Participatório pode ter sido mais eficaz em acolher manifestações alinhadas ao caráter, possivelmente prevalente nas ruas, de indignação generalizada contra a corrupção na gestão pública, sendo de menor intensidade o caráter propositivo de eventuais debates sobre políticas públicas específicas, orientados à participação efetiva na formulação de políticas. Isto é, a exemplo das ruas, a expressão pelo Participatório mostrou-se mais de caráter contestatório e menos de natureza construtiva em torno de oportunidades efetivas de participação política, o que parece coerente com parte da literatura sobre movimentos sociais e ativismo digital, que sublinham o aparente descompromisso de seus membros, a fluidez de suas demandas e a pluralidade de suas propostas, a despeito do enorme potencial das redes para a articulação de interesses, a circulação de informações qualificadas e o compartilhamento de identidades.

Ademais, a preponderância das categorias ‘reforma política’ e ‘gestão pública e corrupção’ indica que aperfeiçoamentos serão necessários para a consecução de

determinados objetivos declarados do Participatório, quais sejam, “promover a participação em ambientes virtuais” a partir da oferta de um “espaço qualificado para o diálogo” e de um “espaço de articulação de saberes (...) para refletir sobre questões, dilemas e políticas públicas” (BRASIL, 2013b). Ou seja, à medida que a tônica dos conteúdos analisados é a crítica à gestão pública, necessária mas nem sempre suficiente diante dos ambiciosos objetivos da iniciativa oficial de comunicação pública, devem ser criados meios para incentivar a reflexão propositiva dos jovens em torno das políticas públicas a eles destinadas, se o objetivo dos gestores é contar com sua participação como *input* qualificado.

Os aperfeiçoamentos a serem buscados são complexos, e um foco apurado sobre eles encontra-se fora dos limites deste artigo. Como indicação para pesquisas futuras, pode-se apontar a exigência de se pensar a adequação de ferramentas tecnológicas para incentivar a participação dos jovens em ambientes participativos, consultas públicas *online* etc. O Participatório prevê espaços para armazenamento de arquivos em geral, páginas colaborativas (wikis) e vídeos, que têm sido pouco utilizados. Cabe verificar, por meio de investigações empíricas, se tais formatos têm o potencial de atrair o interesse dos jovens (e como isso se daria), ou se formatos diferenciados seriam mais adequados. Além disso, as experiências de formulação compartilhada de políticas públicas ainda esperam por serem mais utilizadas pelos movimentos sociais no Brasil, e caberia ao Participatório, em função da especificidade de seus objetivos afins, assumir parte da condução de oportunidades como consultas públicas online, o que por sua vez exigirá expertises, recursos humanos, materiais e financeiros adequados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo reuniu referências conceituais e dados provenientes de análise empírica a fim de avaliar o potencial de uma recente iniciativa de comunicação pública do governo federal, denominada Participatório: Observatório Participativo da Juventude, para incentivar e prover meios para que o uso das tecnologias de informação e comunicação resulte em formas de engajamento e ativismo digital orientadas à formulação participativa de políticas públicas.

Conceitualmente, redes sociais, inteligência coletiva, ciberespaço e web 2.0 foram posicionados como elementos positivos de uma equação que traz o potencial de transformar radicalmente a capacidade de mobilização dos movimentos sociais.

Empiricamente, o Participatório revelou-se como novidade capaz de beneficiar-se dos desdobramentos do contexto teórico descrito, ainda que sejam necessários aperfeiçoamentos, a serem desvendados por pesquisas futuras. Ao passo que o Participatório não nega a promessa das tecnologias para o incremento do engajamento e da participação política, o uso insuficiente nos primeiros meses após seu lançamento sugere que os esforços a serem empregados para a consecução de seus ambiciosos objetivos deverão requerer investimentos significativos em recursos e expertises.

---

Artigo recebido em 20/01/2014 e aprovado em 20/03/2014

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pronunciamento da presidenta Dilma Roussef em 21 de junho de 2013**. 2013a. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/temos-que-aproveitar-o-vigor-das-manifestacoes-para-produzir-mais-mudancas-afirma-dilma-3>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Sobre o participatório**. 2013b. Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br/about>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Participatório: Observatório Participativo da Juventude**. 2013c. Disponível em: <http://participatorio.juventude.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **O que é uma versão BETA?**. 2013d. Disponível em: [http://participatorio.juventude.gov.br/versao\\_beta](http://participatorio.juventude.gov.br/versao_beta). Acesso em: 30 nov. 2013.
- BRASIL. SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Portaria 42, de 2 de agosto de 2013**. 2013e. Disponível em: <http://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Ago/5/portaria-no-42-de-2-de-agosto-de-2013-institui-a>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Conferência Nacional de Juventude**. 2011. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia-nacional>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- CAMMAERTS, B. Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. **Matrizes**, v. 7, n. 2, p. 13-36, 2013.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v.1.
- \_\_\_\_\_. **A galáxia Internet: reflexões sobre Internet, negócios e sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GARTON, L.; HARTHORNTHWAITE, C.; WELLMAN, B. Studying online social networks. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 3, n. 1, 1997.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 248-285, 2007.
- PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. **Matrizes**, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.
- PRIMO, A. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SECDEV FOUNDATION; INSTITUTO IGARAPÉ. **Black Bloc rising: social networks in Brazil**. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Black-Bloc-Rising-Social-Networks-in-Brazil.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

VALENTE, C.; MATTAR, J. **Second Life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias**. São Paulo: Novatec, 2007.

WEBER, M. Ação e relação social. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Org.) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.